

Aprovada na 997ª sessão

ALADI/CR/Ata 991  
26 de março de 2008  
Horário: 10h40m às 12h25m

### ATA DA 991ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
    - Despedida do Representante Alterno do Chile, Ministro-Conselheiro Oscar Quina Truffa.
  2. Assuntos em Pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 988ª e 989ª sessões.
  4. Designação do Presidente e do Vice-presidente da Comissão de Orçamento por Programas e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes.
  5. Assuntos Diversos.
    - Comentários sobre a Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros.
-

Preside:

FRANKLIN RAMÓN GONZÁLEZ

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Plaza (Argentina); Marcelo Janko Alvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, Liliam Beatris Chagas de Moura, Ivana Marília Gurgel, Luis Guilherme Parga Cintra e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Víctor Verdún Bitar (Paraguai); Max de la Fuente Prem, Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Linda Rabbaglietti (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Ramón José París García, (Venezuela); Li Yongxiang (República Popular da China); Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral a.i.: José Rivera Banuet.

Subsecretário: Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Estamos aqui uma vez mais reunidos. Temos para o dia de hoje duas sessões: a primeira, que é a sessão ordinária, e logo depois a sessão extraordinária.

Consideremos a primeira neste momento, sessão ordinária número 991.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Os senhores têm em suas pastas a Ordem do Dia. Se alguém quiser fazer alguma observação sobre a mesma, está aberto o direito ao uso da palavra.

Não havendo nenhuma observação, dá-se por aprovada esta Ordem do Dia.

- Despedida do Representante Alternado do Chile, Ministro-Conselheiro Oscar Quina Truffa

...Temos hoje a despedida do Representante Alternado de Chile, Ministro-Conselheiro Oscar Quina Truffa.

Despedir-nos-emos de um amigo. Neste sentido, quero expressar minha alegria por ter agora esta responsabilidade, porque o amigo Oscar Quina regressa à sua pátria para

assumir novos compromissos institucionais. É uma honra expressar essas palavras de despedida, porque o amigo Quina compartilhou, e penso que continua compartilhando, sua vida e sua família com meu país, a Venezuela.

Se não estou equivocado, Oscar Quina viveu por quase 10 anos na Venezuela, e entendo que deixamos boas lembranças como pátria latino-americana.

Oscar Quina é Engenheiro Comercial, tem um mestrado em Economia Internacional, serviu sempre a seu país em áreas vinculadas a temas econômicos e aspectos técnicos e jurídicos, instrumentos da integração. Não é por acaso que, desde o ano 2002 e até esse ano, venha trabalhando arduamente nesta Associação e, especialmente, tenha dedicado tempo e emoções a diferentes instâncias da ALADI, especialmente nos Grupos de Trabalho, como Coordenador de dois Grupos, Normas e Disciplinas e Comércio Eletrônico.

Certamente, nestes tempos, consubstanciado com a Associação, como bom decano dos Alternos, foi um excelente articulador, sem chegar a ceder em princípios nem em orientações da política de seu país. Muito trabalhador e convencido de que a Associação deve redimensionar seu afazer tendo como norte o desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Daqui desejamos ao amigo Quina que se reencontre com o Chile. Certamente, ele o acolherá como um bom filho pródigo que volta, mas temos certeza que o senhor não se despede para sempre desta Associação Latino-Americana de Integração, porque, como sabemos, os diversos caminhos desta grande pátria sempre permitirão nosso reencontro.

Obrigado por sua dedicação e constância, e boa viagem.

O amigo Quina pediu a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Bem, houve um equívoco em relação aos anos, pois foram 17. Enfim, custa despedir-me, como sempre, mas como eu vinha preparado, tenho aqui o meu discursinho feito.

- Hilaridade

Quando assumi este cargo, há cinco anos e meio, quase não conhecia nenhum dos senhores, e hoje posso dizer que sinto uma tremenda admiração pelo trabalho que fazem, pela capacidade humana e profissional de todos e de cada um, independente das diferenças que possamos ter ou haver tido na busca de uma Associação mais eficiente e melhor.

Estou convencido de que, neste caminho, pusemos o melhor de cada um de nós. Portanto, não posso esquivar-me de dizer que eu teria gostado de haver tido um Conselho de Ministros que apontasse para uma ALADI com disciplina, mais eficiente, dando mais qualidade ao comércio, permitindo-nos vê-lo com mais certeza. Esta certeza que buscamos com as disciplinas também pode ser aplicada a nossas diferentes visões de como enfrentar os problemas sociais. Por outro lado, tenho claro que o crescimento econômico por si mesmo ajuda, mas estou convencido de que não resolve muitas das necessidades do homem.

Nestes anos, fundamentalmente, aprendi a conhecer mais profundamente a pedra angular de nossa Associação, o Tratado de Montevideu, tenho o convencimento que as potencialidades da ALADI estão nele. Seus cinco princípios de pluralismo, convergência,

flexibilidade, tratamentos diferenciais e múltiplos estão plenamente vigentes, hoje mais do que nunca, e reclamam uma referência permanente em nossos debates e análises. Aí é onde temos que fazer um esforço fundamental de imaginação, unido a uma verdadeira vontade política, que representa a chave para alcançar os níveis mais profundos de integração de que todos nós gostaríamos.

A ALADI tem a flexibilidade suficiente para que a diversidade de nossas visões possa conviver. Isso deve nos motivar a pôr nossos melhores esforços para escutar-nos, entender-nos e construir um projeto comum, quando cada um assim o considerar oportuno.

Não posso finalizar estas palavras sem agradecer a meu Governo pela confiança depositada ao designar-me a esta posição. A meus colegas da Embaixada, em particular a meu querido amigo e Embaixador Eduardo Araya, que depositou em mim uma mostra de enorme confiança, às vezes quase cega - e por não dizer imprudente. Ao nosso Primeiro-Secretário, Hernán Nuñez, sempre atento a todo tipo de situações, com esse espírito esportivo que o caracteriza e que, em mais de uma ocasião, teve oportunidade de dar um "puntapié" (pontapé) a outro colega ou funcionário da Secretaria, e ao Secretário-Geral, as diferenças que sempre tivemos acabaram por unir-nos. Agradeço especialmente também aos funcionários da Secretaria, que em todo momento demonstraram seu profissionalismo uma vez mais.

Aos senhores, meus colegas e companheiros, meu respeito e minha amizade. Muitíssimo obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Bem, deve ser pela emoção, o amigo Quina solicitou a palavra e a concedemos, mas previamente havia algumas palavras de despedida do Secretário-Geral. Eu pensava que Quina tinha menos anos do que tem, pela questão dos 17 e 10 anos.

- Hilaridade

Tem a palavra o Secretário-Geral interino.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Presidente.

Em nome da Secretaria-Geral tenho a satisfação de dirigir, nesta sessão do Comitê de Representantes, uma mensagem de despedida a Dom Oscar Quina, que, em data próxima, concluirá sua função como Representante Alternado do Chile junto à ALADI.

O labor do doutor Quina foi consistente em todo momento com a ativa política exterior de seu país a favor da integração regional. Sua experiência e capacidades foram um valioso ativo para os trabalhos da Associação.

Dom Oscar Quina e eu nos conhecemos há 20 anos, sendo companheiros de trabalho na Secretaria do Sistema Econômico Latino-Americano. Suas tarefas se dirigiam ao fortalecimento da cooperação e integração regional, enquanto as minhas se referiam à construção de um posicionamento latino-americano em matéria de dívida externa.

Coincidimos novamente na Associação, compartilhando o entusiasmo e interesse mútuos em torno do projeto de construir o Espaço de Livre Comércio. Há 20 anos nos conhecemos em Caracas, e duas décadas depois nos reunimos em Montevideú. Certamente,

acontecerá um novo encontro em 2028. Isso voltará a nos relacionar com a integração regional, e, em tal caso, Dom Oscar, eu estarei disponível.

O labor de dom Oscar Quina como Delegado nos trabalhos da Associação mereceria amplos e muito favoráveis comentários, assim como a condução dos distintos Grupos de Trabalho que lhe foram encomendados. Particularmente complexa foi a Coordenação do Grupo de Trabalho em matéria de Normas e Disciplinas, que constituem um dos desafios presentes a serem resolvidos pela Associação. Igualmente recordamos a direção, por sua parte, de dezenas de reuniões relacionadas com o projeto de digitalização dos certificados de origem, cujos trabalhos estão entrando em uma fase importante de análise pelos países-membros.

Um amplo número de funcionários da Secretaria-Geral colaborou proximamente com ele nas diferentes tarefas que desenvolveu, sempre em um plano de amizade e cordialidade, fato que deixará uma grata lembrança entre todos nós.

Não me resta mais que desejar-lhe sucesso e realizações nas suas novas atividades, reiterando-lhe que, nesta Casa da Integração, deixa amigos e um reconhecimento permanente por seu labor. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Os senhores se verão dentro de 20 anos... Penso que não haverá problema porque a medicina avançou o suficiente, e agora para tudo tem pílulas, até para que as pessoas durem mais do que o recomendável. Por isso é que a esperança de vida está crescendo.

- Hilaridade

Passaríamos a entregar a bandeja ao amigo Quina.

- O Presidente e o Secretário-Geral a.i. entregam a bandeja recordativa.

## 2. Assuntos em Pauta

...Passaríamos ao segundo ponto da Ordem do Dia, Assuntos em Pauta.

Cedo a palavra à Secretaria-Geral para informar.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. (José Rivera Banuet) Obrigado, senhor Presidente. Constam da pasta dos senhores Representantes a relação de Nota e documentos em Pauta. Para comentar mais amplamente sobre o assunto, ofereço a palavra à senhora Camacho.

SECRETARIA (Sofía Camacho). Bom dia. Dos documentos e notas que corresponde dar entrada, em primeiro lugar menciona-se a nota de cese do senhor Ministro-Conselheiro Oscar Quina, e outra nota da Representação do Chile por meio da qual informa a designação do Ministro-Conselheiro Camilo Marcelo Navarro como Representante Alternativo.

Cabe destacar, ainda, as contribuições recebidas ao orçamento da Associação. A do Governo da Colômbia, uma transferência bancária no montante de U\$S 295.421, que quita a contribuição do presente ano. O Paraguai realizou uma transferência bancária no montante de U\$S 123.805,49, correspondente à primeira quota da Ata Compromisso e saldo a imputar.

Também dentro dos documentos está a Proposta 281, que é a Convocatória da Quadragésima Primeira Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, este tema será posto à consideração do Comitê em sua próxima reunião.

Logo depois de publicado o documento de Assuntos em Pauta, foram recebidas duas Notas da Representação do Paraguai que comunicam o cese de funções do Conselheiro Víctor Verdún e da senhora Secretária María Inés Benítez.

A Representação da República Bolivariana da Venezuela comunica, ainda, a designação do senhor Cecilio Crespo como Conselheiro, e também há uma Nota da Representação do Uruguai que comunica a designação da senhora María Rodríguez Sanguinetti para cumprir funções de Ministro nessa Representação.

Esses são todos os assuntos a destacar, senhor Presidente. Obrigada.

### 3. Consideração das atas correspondentes às 988ª e 989ª sessões

...Não havendo comentários, passaríamos à consideração das atas correspondentes às sessões 988ª e 989ª.

A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo) Sem ser em tom de gracejo, mas não conheço os rascunhos e não sei o que posso aprovar.

PRESIDENTE. Penso que as atas estão nas pastas.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). É muito pouco tempo para poder dizer se estamos ou não de acordo no próprio dia de sua entrega. Obrigada.

PRESIDENTE. Bem, não há nenhum inconveniente em que na próxima sessão sejam submetidas à consideração, mas, em todo caso, se há alguma observação, poderíamos passá-la por escrito.

A Secretaria me informa que estas atas foram distribuídas com anterioridade ao dia de hoje.

Não havendo outra observação, então, Embaixador, poderíamos aprová-la. Havendo alguma observação, consideramo-la na próxima sessão.

Ficam aprovadas, então.

### 4. Designação do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes

...Vamos à designação do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Orçamento por Programas e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes para este ano de 2008.

Os senhores têm em seu poder as propostas, que são o produto das consultas efetuadas pela Presidência com as Representações, e sobre essa base acordou-se propor, para os respectivos cargos, os Representantes Permanentes indicados.

Comissão de Orçamento por Programa - Presidente: Representante Permanente da Colômbia; Vice-presidente: Representante Permanente da Argentina.

Grupo de Trabalho sobre Acesso aos Mercados de Bens - Coordenador: Representação Permanente do Uruguai.

Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais - Coordenador: Representante Permanente da Bolívia.

Grupo de Trabalho sobre Cooperação e Assistência Técnica Institucionais – Representação Permanente do Equador.

Grupo de Trabalho sobre a Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica – Representação Permanente do Peru.

Comércio Eletrônico e Tecnologia da Informação e Comunicações – Representação Permanente do Chile.

Financiamento do Comércio – Representação Permanente do Uruguai.

Integração Física e Logística – Delegação Permanente do Brasil.

Normas e Disciplinas – Representação Permanente do Chile.

Novos Temas – Representação Permanente do México.

Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração – Representação Permanente da Argentina.

Seguimento do Programa de Apoio aos PMDERs – Representação Permanente da Venezuela.

Sistema de Informação e Estatísticas – Representação Permanente de Cuba.

Há alguma observação? Do contrário, passaríamos a aprovar estas designações.

A Representante de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Somente para precisar que não temos na pasta esse documento lido pelo senhor.

PRESIDENTE. É o *Aide Memoire*.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Nós também não temos esse documento, e quero esclarecer que não fomos consultados sobre isso, e, como membro do Comitê, gostaria que nos consultassem nesses temas. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Embaixador, desculpe, fizemos consultas officiosas à maioria dos Alternos e conversamos com o Ministro-Conselheiro Scappini, e ficou de fazer as respectivas consultas. Até agora, os senhores

não tinham nenhum Grupo designado por causa da solicitação, feita no ano passado, motivada pela Presidência do MERCOSUL. Mas essa foi uma consulta oficiosa que nós fizemos, como de praxe, para chegar aqui com um caminho já avançado, mas no Comitê é feita qualquer reflexão e são oficializados os interesses de cada Representação.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Acredito que seria conveniente que ficasse como proposta que esse documento fosse circulado e que, na próxima sessão do Comitê, fizéssemos as designações pertinentes. No nosso caso também não tivemos a oportunidade de dar nossa opinião com antecedência, nem eu, nem a Alterna, a licenciada Rabbaglietti, e gostaríamos de fazer alguma consideração a respeito do Grupo de Financiamento de Comércio. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhor Presidente.

Nós gostaríamos de propor que antes da próxima reunião tivéssemos a oportunidade de ter uma reunião privada, porque assim discutimos o assunto entre todos nós e fazemos nossos comentários. Nós fomos consultados, obviamente, da forma manifestada pela Representação da Venezuela, foi uma consulta informal, mas teríamos alguns comentários que gostaríamos de fazer, talvez não em uma sessão formal, mas sim em uma sessão privada. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Uma sessão privada quer dizer em Chefes de Representação?

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Eu simplesmente queria dizer que, do ponto de vista da Colômbia, estava absolutamente pronta para aceitar a Comissão de Orçamento, caso não haja outros interessados daqui à nossa próxima reunião. Obrigada.

PRESIDENTE. De todas as maneiras, havíamos considerado fazer uma proposta para que tivéssemos a reunião do Comitê na próxima quinta-feira, já com a presença do novo Secretário-Geral para fazer o recebimento. A Representação do México solicitou que pudesse ser feita uma reunião de Chefes de Representação, e não havendo observação a essa proposta, poderíamos nos reunir na quarta-feira, somente para ver este ponto, ou também, conforme o Secretário-Geral está sugerindo, poderia ser feita em um momento de hoje mesmo.

Vamos ficar de acordo. Na quinta-feira teríamos a reunião do Comitê, e na quarta-feira convocaríamos os Chefes para que viessem para analisar este ponto. Estaríamos de acordo? E já na quinta-feira teríamos a decisão previamente consultada.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Max de la Fuente Prem). Senhor Presidente, pareceria não merecer haver uma sessão de Chefes somente para este tema. Talvez na própria

quinta-feira, uns minutos antes do Comitê plenário, pudéssemos ver o assunto dos Grupos de Trabalho.

PRESIDENTE. Não há problema, então. Na quinta-feira, antes da reunião, privadamente, sem gravação de nenhum tipo, os Chefes de Representação se reuniriam, e nós veríamos isso. De todas as maneiras, será circulada a proposta, e havendo alguma Representação que tenha uma consideração a fazer, especificamente a Representação do Paraguai, poderia ser considerada. Penso que aqui não há nenhum inconveniente de poder fazer propostas para ver como avançamos neste sentido.

#### 5. Assuntos Diversos

Não havendo outra consideração, entramos então para o quinto ponto, referente a Assuntos Diversos.

Há alguma Representação que queira considerar algo, em Assuntos Diversos?

Reunir-nos-íamos na quinta-feira na hora de praxe, quinze para as nove, entendendo que, previamente, os Chefes fariam uma consulta breve sobre as designações para os responsáveis dos Grupos de Trabalho...

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Nunca tive tantas dúvidas sobre se deveria ou não pedir a palavra.

Ocorreu-me que seria importante, já que estamos aqui reunidos pela primeira vez na reunião do Comitê de Representantes depois da reunião do Conselho que tivemos no último dia 11, - não é uma avaliação, não é uma reflexão nem nada -, que nos referíssemos ao que aconteceu na reunião do Conselho. Penso que seria uma demonstração de indiferença de nossa parte, pelo menos de minha parte, de minha Delegação, ou inclusive um demérito, um desprezo a todo nosso trabalho, e mesmo à ALADI, se tivéssemos esta reunião de hoje, e simplesmente pretendêssemos ignorar o que aconteceu na reunião do Conselho.

Não penso ser o caso de repetir ou manifestar o que aconteceu. Nós tínhamos um conjunto de Resoluções aprovadas, havia uma reserva sobre um ou dois projetos, detalhes, na verdade, tivemos uma reunião do Conselho, vieram Ministros, ou ao menos todas as Representações estavam aqui representando os Ministros, estivemos trabalhando durante três anos para preparar esta reunião, tivemos seguidas reuniões informais, formais, técnicas, de Alternos, para preparar um conjunto de Resoluções. Eu olhava inclusive as Atas de várias reuniões do Comitê que tivemos ultimamente com a participação ativa, construtiva, de muitas das Representações. E preparamos um conjunto que era diluído, justamente para que tivéssemos um produto ou um conjunto de Resoluções que pudesse reunir o consenso ou a aprovação de todas as Representações.

Era diluído para isso, porque senão cada um de nós teria vindo com seus próprios posicionamentos para a reunião dos Ministros, mas sem nenhum entendimento. Justamente por que sempre foi dito que o conjunto de Resoluções era de uma pobreza franciscana? Porque era o resultado de um trabalho de coordenação, um trabalho conjunto que todos nós fizemos aqui.

Era natural, Presidente, que na reunião dos Ministros algum dos Ministros pudesse pretender ou querer algum ajuste ou alguma alteração, afinal são Ministros. Mas o que me pareceu excessivo, eu diria que pouco aceitável, e aí volto à palavra do demérito para nosso trabalho e o demérito para a própria ALADI, -às vezes uso palavras fortes- mas é uma questão de credibilidade da ALADI e de nosso trabalho, de nossos posicionamentos como Embaixadores aqui na ALADI. É uma questão de credibilidade, essa é a verdade.

O que não poderia ser aceito é que as Representações viessem aqui e simplesmente não aceitassem totalmente o trabalho que fizemos, ou pelo menos uma ou duas Resoluções que tivemos e que acordamos finalmente entre todos nós. E Representações que foram construtivas e inclusive que terminaram por contribuir para as próprias Resoluções, há textos, há artigos, há dispositivos nas próprias Resoluções que aqui não foram aceitos e que foram incluídos aí pela própria Representação.

Melhor não entrar neste mérito da questão. Diz-se no Brasil, “de nada serve chorar pelo leite derramado”. Eu digo isso não para chorar pelo leite derramado, mas sim para tentar ver como podemos continuar nosso trabalho. Com a reunião do Conselho, nosso trabalho não terminou; gostaríamos que tivesse terminado, que o novo Secretário-Geral tomasse posse e que pudéssemos essencialmente dizer: missão cumprida. Não acredito que possamos, nem que tenhamos razão para dizer, com orgulho, que temos uma missão cumprida porque nossa missão não foi cumprida. Fizemos um trabalho muito grande e muito desgastante, mas, não se esqueçam que se estamos aqui trabalhando e defendendo nossos posicionamentos, se aceitamos, se passamos horas com os Projetos de Resolução sobre a tela, discutindo palavra por palavra, estávamos fazendo isso em representação de nossas Capitais, em representação dos mesmos Ministros que vieram aqui para aprovar o conjunto de Projetos de Resolução que nós havíamos aprovado.

Mas não é o caso de olhar para trás, é o caso de olhar para frente, por mais diluído que seja este conjunto de Resoluções que tivemos e que submetemos a nossos Ministros. Ou seja, creio que não devemos perder o conjunto, esta conquista que tivemos, porque no final das contas, ninguém, Presidente, terá a possibilidade ou a capacidade de dizer que esses Projetos de Resolução não têm como objetivo final a integração ou o Espaço de Livre Comércio. Não acredito que nenhum dos Projetos, nenhum dos dispositivos que estão aí, possa ser contra ou possa representar algum retrocesso para a integração entre nós, entre os países que aqui representamos.

Portanto, penso que temos que resgatar este trabalho, temos que resgatar como está, como o fizemos, como o trabalhamos. Eu não vejo problema nenhum em, inclusive, enriquecer esses trabalhos que fizemos.

Falou-se muito aqui de muitas coisas, da parte econômica, da parte comercial, regras de origem. Falou-se da base dos Projetos de Resolução que tínhamos sobre a mesa, mas também se falou da Dimensão Social da Integração. Muitas Representações aqui estiveram, no Conselho de Ministros, de acordo em trabalhar sobre a questão da Dimensão Social, inclusive minha Delegação.

Sugiro que trabalhemos a partir de agora, não podemos nos esquecer que hoje é 26, a reunião foi dia 11, os mesmos Ministros decidiram que teríamos uma reunião em dois meses. Ou seja, no próximo dia 11 de maio teremos uma reunião de Vice-Ministros e dentro de quatro meses, ou menos de quatro meses, três meses e meio, teremos outra reunião, de novo, de Ministros.

Então, temos que pensar desde agora, talvez desde a próxima reunião de quinta, como vamos seguir adiante com nosso trabalho. Minha sugestão é resgatar, resguardar, com muito carinho, o que conseguimos, que é muito pouco, mas dirige-se à integração, e talvez acrescentar e enriquecer este trabalho que tivemos com uma Dimensão Social da Integração, que foi interesse de muitas Representações aqui. Muitas Representações inclusive tiveram dificuldade sobre os Projetos que tínhamos, porque não acrescentar e enriquecer este trabalho que fizemos. Seria uma lástima para todos nós que tivéssemos que mutilar o trabalho que fizemos. Enriqueçamos este trabalho, talvez acrescentando a Dimensão Social da Integração, talvez reunindo pontos que alguns Ministros ou Representações Ministeriais apresentaram aqui sobre a questão da Dimensão Social.

Estamos agora falando dos Grupos de Trabalho. Por que não, Presidente, criar um Grupo de Trabalho? Sei que há muitos Grupos de Trabalho, sei que talvez devêssemos pensar em que fazer com os Grupos de Trabalho que, por exemplo, não se reuniram no último ano, nos últimos dois anos. Há dois ou três Grupos de Trabalho que simplesmente não se reuniram, não tiveram a ocasião de se sentar. Penso se não seria o caso de reorganizar a questão dos Grupos de Trabalho, vamos discutir isso na próxima semana, e criar um Grupo sobre a Dimensão Social da Integração, por que não? E pensar em um Projeto de Resolução sobre Dimensão Social da Integração. Minha Delegação estaria pronta para isso, mas com a condição de que não destruíssemos o trabalho já feito, vamos acrescentar e enriquecê-lo.

Essa é minha sugestão, Presidente, e a faço hoje, nessa reunião, porque, como disse, os Ministros nos encomendaram uma agenda de trabalho, um calendário de trabalho, esperam que dentro de quatro meses tenhamos uma solução para nosso trabalho - que deveria ter sido aprovado na última reunião do Conselho no dia 11- e me pareceu que temos muito pouco tempo para trabalhar neste sentido, por isso tomei a liberdade, Presidente, de aproveitar o ponto 5 para referir-me a isto. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Grande parte do que eu queria dizer já foi dito pelo Embaixador que me antecedeu, o Embaixador do Brasil. Gostaria de acrescentar somente que, para poder cumprir com os prazos que foram estabelecidos pelos Chanceleres, deveríamos começar a trabalhar já, porque a realidade é que não chegaremos a esta reunião de Vice-Ministros em dois meses se não começarmos a trabalhar imediatamente sobre estes temas.

Concretamente, Presidente, eu queria sugerir que, antes dessa reunião que o senhor sugeria que fosse na quarta-feira para ver a questão dos Grupos de Trabalho, houvesse uma reunião de Alternos, com o objetivo de desenhar um percurso, um plano de trabalho para os próximos 45, 50 dias, que são os que faltam para essa reunião de Vice-Ministros. Obviamente, esse desenho não sairá hoje daqui, da forma que as coisas estão consideradas, não creio que isso chegue à reunião da próxima quinta, por isso penso que seria interessante estabelecer um mecanismo sobre esse tema.

Quero referir-me a algumas propostas feitas pelo Embaixador do Brasil que talvez fosse útil serem analisadas por nós: a reestruturação dos Grupos de Trabalho. Talvez fosse útil, há Grupos de Trabalho que de fato não vêm funcionando, - e se não funcionaram é porque não houve necessidade de que funcionassem-, e há outros temas que não tiveram a adequada atenção.

Com franqueza, nós acreditamos, e dissemos isso em reiteradas oportunidades, que quando se fala da Dimensão Social da ALADI, entendemos que é um trabalho no qual já estamos envolvidos há alguns anos. Não significa que acreditemos que agora temos que incorporar a Dimensão Social na ALADI; poderão ser acrescentados outros capítulos da Dimensão Social, mas entendemos que, quando falamos do Grupo de Forças Produtivas, do Conselho Assessor Trabalhista, do Conselho Assessor Empresarial, das empresas PMEs, etc., estamos falando da integração social da ALADI, de tal forma que se quiséssemos discutir ali a distribuição da riqueza na região, por exemplo, não seria uma má idéia.

Queria deixar isto assinalado porque várias vezes foram feitas referências a que devemos incorporar a Dimensão Social na ALADI quando, na verdade, a Dimensão Social foi incorporada na Resolução 59 (XIII). Se gostamos ou não, é outro problema, mas ela já foi incorporada. Não conseguimos desenvolvê-la? É provável. Falte caminho por percorrer? Também é certo. Mas não dar a sensação de que começou uma nova etapa ontem, anteontem ou há dois dias, quando esta etapa começou há quatro anos. Não conseguimos conquistar o avanço suficiente? É provável, mas isso não deve nos fazer negar a realidade que viemos trabalhando durante todo este período. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Parecem muito oportunas, muito necessárias, as duas últimas intervenções, se não as houvéssemos considerado e ido embora, penso que pareceria uma má mensagem, porque significaria dizer que não aconteceu nada na Reunião do Conselho de Ministros, e aconteceu muito, aconteceu bastante. Acredito ser uma oportunidade especial para repensar. E como disse o Embaixador do Brasil, não se trata de destruir nada do que não foi aprovado, que custou muito trabalho, mas sim devemos partir daí e ir mais longe.

Há um pensador argentino, Ernesto Giúdice, que diz “uma geração é uma etapa histórica por cumprir, outros realizarão o que alguns tão somente alcançaram sonhar”, e neste caso temos que enriquecer o que tivemos ali, porque do contrário estaríamos estáticos. E ainda pior seria esse pensamento de “apaga e começa novamente”, destruindo o que foi feito sem tirar a experiência do esforço. Há pessoas que crêem que, quando se designa alguém para algum posto, devemos acabar com o que existe e comprar móveis - e comprar tudo - porque pensam que recém é descoberto o fogo.

Então, creio que o considerado pelos Representantes do Brasil e da Argentina não pode ser adiado, nem para outra sessão, e me parece ótimo que tenhamos iniciado agora as considerações, porque se foi fixado um prazo de dois meses para a reunião de Vice-Ministros, já transcorreu uma quarta parte desse prazo. Falta somente um mês e meio.

Dos pontos positivos da reunião: o fato de haver considerado um desafio tão grande em tão pouco tempo. Assim, penso que não se deve adiar, há uma data, que não foi estabelecida por nós, e temos que trabalhar muito mais com relação a essa data. Por isso são requeridas as múltiplas medidas consideradas pelo Embaixador do Brasil, com novas comissões, novas áreas.

Eu não gostei tanto do nome da Dimensão Social porque, por um lado, tomando os mesmos argumentos do Representante da Argentina, parecia que recém agora isso estivesse sendo feito. Eu preferiria “uma Dimensão Integral da ALADI” ou “uma nova Dimensão Social da ALADI”, que fosse mais amplo, que não ficasse somente no social, porque às vezes não sabemos se nesses termos estão os problemas sociais, ou a

dimensão cultural, ou a dimensão política e outras dimensões. Então, neste momento, acho válido algo que seja amplo e que não ponha uma camisa-de-força nos esforços da busca de ir muito mais além do que foi a ALADI.

Mas, em todo caso, a intenção está considerada, e o tempo está correndo contra nós, porque é necessário vermos como enfrentaremos esse desafio da reunião de Vice-Ministros e da reunião de Ministros. Em princípio, a única coisa com a qual eu não estaria tão de acordo é o considerado pelo Representante da Argentina, a respeito de que seja iniciada com uma Comissão ou com o trabalho dos Alternos. Creio que esse tema deve ser enfrentado por nós mesmos, porque os Alternos podem estar aqui, como estão, mas todos nós devemos enfrentar esse desafio. Às vezes pode acontecer que, quando se delega a um Grupo, é como se estabelecêssemos um âmbito e fechássemos esse âmbito; quando se leva à reunião de Representantes, já estamos presos. Às vezes, penso que deve ser ao contrário, as linhas gerais do que discutirão os Alternos devem ser estabelecidas aqui, e os Alternos desenvolvem o técnico, o complementar, o específico, mas as linhas políticas do que deve acontecer têm que vir daqui, e não dos Alternos.

Há duas dimensões. Os Alternos muitas vezes dominam e têm mais conhecimento que os Embaixadores nos conhecimentos específicos da ALADI, nos conhecimentos técnicos, mas, às vezes, não está acompanhado de uma dimensão política dos problemas da integração. Assim, muitos problemas de nossos países se obstruem; quando um problema é de uma dimensão múltipla, estabelece-se que seja resolvido pelos técnicos, e por isso não são resolvidos os problemas da política e da economia, porque os problemas da economia não são técnicos, requerem um complemento técnico, mas requerem uma linha política mais ampla. Então, esse é o único ponto que estaria em discrepância com o considerado aqui.

As linhas do trabalho têm que vir dos Embaixadores, ou conjuntamente com eles, entre todos, mas não penso que devemos delegar isso, porque senão estaríamos todos meio presos, orientados, delineados, sem que contribuíssemos. Eu preferiria o trabalho conjunto, e não delegar o político ao técnico, ou o contrário.

Em todo o caso, isso é urgente e muito oportuno. Agradeço ao Embaixador do Brasil que nos tenha salvado ao tocar neste tema, senão teríamos ido embora, possivelmente, e estaríamos agindo - como o avestruz- frente a um problema que temos, perdendo uma semana quando já levamos duas do pouco tempo para a responsabilidade que temos. Temos que trabalhar muito intensamente, e temos que aproveitar desde agora.

Preferiria que o assunto do tema das Comissões, se fosse possível, começasse a ser tratado por nós agora mesmo, que dedicássemos uma meia hora ou um pouco mais para, ao menos, ficarmos de acordo no nome da Comissão ou das Comissões mais importantes, que devem trabalhar já, não na próxima quinta-feira, sobre o trabalho para a reunião de Vice-Ministros que é a prévia da reunião de Ministros. Preferiria que ganhássemos um tempo agora no título e na forma dessas Comissões. Creio que estaríamos na linha de estar à altura dos desafios da ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra o Embaixador do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Eu tentarei ser breve porque estou plenamente de acordo com as considerações feitas. Confesso que não ia falar, ainda tenho um sabor remanescente um pouco amargo da reunião de 11 de março, mas meu colega brasileiro disse muito bem o que disse, e me incentiva a falar e a apoiar o que diz

Regis, - não por avestruz, mas sim para não abrir a caixa de Pandora-, e penso que há elementos a refletir e avançar sobre os mesmos.

Compartilho plenamente que não devemos mutilar nem desmerecer o esforço muito valioso de muitos colegas e de muitos anos. Creio que - se em algo mais ou menos podemos estar de acordo - havia muito mais, que o desenlace foi muito mais pobre do que já havia tido consenso. Então, sobretudo quero apoiar a idéia de que não devemos desmerecer o esforço, e construir a partir daí.

Outra reflexão que quero fazer é que evidentemente nossa ALADI, nossa querida ALADI, tem um problema de imagem, e o têm nossas capitais, e falamos e conversamos todos nós sobre isso. Li o Tratado de Montevidéu 1980 nestes dias, vejo-o bem, vejo-o elegante, parece-me um documento muito lúcido, mas também devemos dizer, e talvez aí venha a reclamação da Dimensão Social, que a agenda do mundo de 1980 e a agenda do mundo de 2008 são radicalmente diferentes, e nossa região perdeu peso específico no jogo do poder global. Mudou muito mais o mundo de 80 a 2000, nem falo 2008, que de 60 a 80. O Tratado de Montevidéu reclamou uma mudança e o fez em 1980, com um mundo que havia mudado muitíssimo menos do que aconteceu depois, nas últimas décadas.

Então, é legítima a reclamação da Dimensão Social, mas não significa que não se tenha feito nada, e sim que a agenda global nos está pedindo muitas outras coisas. Cito Milán Kundera: “A vida está em outra parte”. Dá-nos um pouco a sensação de o que acontece lá fora é mais dinâmico, mais rápido, mais importante, inclusive nas nossas relações, nas relações bilaterais, em outros foros onde concorrem também os países latino-americanos.

O chamado de Regis Arslanian, o que depois foi dito por Juan Carlos Olima e o que disse o Embaixador Vera, de aprofundar essa idéia de que devemos movimentar isso, temos que emparelhar com a agenda realmente vigente no mundo e, sobretudo, com os desafios enormes que estamos começando a sentir e que vamos continuar sentindo. Não quero falar do tremendismo, nem quero poder fazer aqui uma revisão da agenda global, mas se analisamos a situação externa, há muitas coisas novas que não estavam presentes na década de 80 que têm que, de alguma maneira, serem vistas, desde a perspectiva de nossa Associação, se quisermos que continue vigente, que não perca esse sentido de uma Instituição capaz de aglutinar e fazer convergir os esforços de integração e as nossas agendas.

Junto-me ao chamado de agir com generosidade, com lucidez, não com pressa, não com “reloj fatal en la sien” (um relógio fatal na têmpora), mas sim com parcimônia, que deve nos dar a experiência e a lucidez para tentar construir a partir dos consensos.

Também deve ser dito que o TM80 tem um mandado eminentemente econômico. Cabe a Dimensão Social? Claro que cabe, mas se os senhores o vêem com cuidado, está destinado sobretudo à integração econômica. E nisso concordo profundamente com que essa seja somente uma dimensão, e, talvez no Século XXI, nem sequer a mais relevante, levando em conta a homogeneidade que é a América Latina quando se observam os conflitos do resto do planeta.

Por último, uma forma muito mais prosaica e simples, creio que os Grupos de Trabalho também revelam uma fadiga, um *modus operandi* que não foi muito exitoso e concordo com a idéia de que devemos remodelar, reforçar ou reestruturar os Grupos de Trabalho, justamente sob essas premissas. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Embaixadora de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Muito obrigada, Presidente. A desvantagem de falar quase ao final é que deve ser feito um balanço, e creio que os que me precederam trataram a maior parte dos pontos sobre os quais eu queria falar. Mas me chama a atenção que estejamos pensando, e creio que estamos todos envolvidos nisso, em uma reunião que temos daqui a dois meses, que foi o acordo do Conselho de Ministros.

Não podemos pensar que vamos levar um resultado acabado, porque estivemos três anos, a partir das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), tentando avançar nos trabalhos, e chegamos a um Conselho de Ministros com consenso mínimos, e o próprio Conselho de Ministros refletiu que muitos dos temas não estavam maduros, sendo necessário continuar aprofundando-os.

Realmente, na minha impressão, o Conselho de Ministros nos levou a um processo mais profundo, que não pode indicar que em dois meses levemos um trabalho acabado a essa reunião. Nós enfocamos realmente essa reunião do Conselho de Ministros precedida por uma reunião de Vice-Ministros como parte desse processo de visualização, de análise dos distintos enfoques que ficaram manifestos aqui.

Realmente creio que a ALADI não está em um momento em que possa circunscrever esses Projetos de Resoluções que sabemos que foram um consenso mínimo, mas que não eram nada concreto. Era simplesmente continuar no processo negociador, a isso nos aproximam esses consensos mínimos.

Então, pensar que em dois meses vamos resolver o que não resolvemos neste tempo todo, parece que não é o que realmente ficou manifesto como resultado do Conselho de Ministros.

Estou de acordo em que não se pode perder o que temos, inclusive a idéia e as intervenções que aqui foram ouvidas no dia 11 tiveram como objetivo não excluir, mas sim complementar. E a própria sugestão do Chanceler do Brasil, respaldada pelo Ministro de Governo de Cuba, era acrescentar, incluir, porque a idéia da concepção da integração hoje não é excluir, nossa região não pode excluir os distintos enfoques, muito pelo contrário, é complementar. E para isso nos voltamos a este processo, por meio de nossas Representações, por meio dos Vice-Ministros que vierem e por meio dos Ministros, que em 4 horas não podem resolver o que nós não pudemos resolver em 3 anos aqui, mesmo que tenham níveis de decisão e inclusive toda a história deste processo de integração.

Eu vejo como uma continuação, não estou falando de uma instrução que recebi de minha capital, estou falando de uma observação da vivência que tivemos aqui. Desgastamos-nos em todo este processo, mas os temas não estavam maduros, e ainda não estão maduros, estamos destinados, sim, a uma focalização de como enfrentar isto e adequá-lo aos Grupos de Trabalho, mas é tudo o que temos no processo de integração.

O que quero expressar é minha percepção de que nós não podemos pensar que, como fizemos previamente ao Conselho de Ministros, vamos ter uma série de trabalhos para essa reunião de Vice-Ministros. É que começamos, a partir do mesmo dia que terminou o Conselho de Ministros, em um enfoque, em um estudo, em uma análise coletiva, adotemos as formas que adotarmos, mas essas reuniões são partes dessa análise.

Realmente nós consideramos que a idéia de reestruturar os Grupos de Trabalho é muito positiva, independentemente, e coincido com Olima totalmente, de que o pilar social

esteja em Grupos de Trabalho que, -aliás, funcionaram bem-, têm trabalhos feitos. Mas devemos aprofundá-los, e a realidade de nossa América Latina hoje é a realidade de que realmente o pilar social não se circunscreve a isso, mas ainda devemos continuar trabalhando nisso e devemos acrescentar outras visões também.

Talvez o Tratado de Montevideu 1980 não o tenha, talvez a Resolução 59 (XIII) não seja suficiente porque foi aprovada em 2004, e o cenário da América Latina hoje é outro, e as preocupações da maior parte de nossos Governos são outras também, são outras ou se complementam àquelas que tínhamos, e que hoje temos. Temos que mudar a visão de integração, porque a ALADI é um foro de análise e reflexão sobre a integração, e realmente o Conselho de Ministros demonstrou que nos faltam aristas da integração para analisar em conjunto, sem exclusão. Mas devemos buscar a maneira de complementá-las, e eu penso que isso é o 2008 da ALADI. É uma visão pessoal que tenho do assunto, mas já que estamos refletindo em razão do que surgiu dos resultados do Conselho, parecia-me conveniente expressá-la. Obrigada.

PRESIDENTE. A convocatória da reunião de hoje foi feita com a agenda estabelecida para tratar a despedida do amigo Quina, e depois a sessão extraordinária para fazer a despedida do Secretário, o doutor Opertti. Neste caso, que é a sessão ordinária, em Assuntos Diversos, havia a percepção, a intuição, de que algo disto iria ser considerado inevitavelmente, por isso se deixou em aberto, para que pudesse ser considerado.

Creio que há algumas propostas realizadas aqui que deveríamos abordar. Uma é que na reunião já convocada para quinta nos voltássemos ao tema dos Grupos de Trabalho; e aqui se fez uma proposta que deveríamos enfrentar o Tratado de Montevideu 1980 à luz da realidade de hoje.

Sendo assim, os Grupos de Trabalho devem ser enfrentados à luz da realidade de hoje, por isso acredito que a proposta de que discutamos, se inclusive em termos de reestrutura dos Grupos de Trabalho, é uma proposta. Não sei se alguém não compartilha, mas creio que seria algo de consenso que pudéssemos abordar essa discussão e, nesse âmbito, as discussões apresentas aqui pelos Embaixadores.

Por exemplo, como elemento de adiantamento, creio que a Dimensão Social considerada, se a revisarmos à luz da Resolução 59 (XIII), inclusive a analisarmos à luz do Tratado de Montevideu 1980, há certamente uma consideração relacionada a isso, chamada Dimensão Social. Agora, uma coisa é uma perspectiva que entende o social desde o econômico, desde o comercial –penso que isso deve ser debatido, seria bom que pudéssemos abordá-lo na quinta-feira- e outra coisa é a Dimensão Social vista desde o social e à luz da realidade de hoje, onde o comercial e o econômico são partes dessa discussão, mas não são toda a discussão.

Isso teria que ser abordado, nós estamos dispostos a abordá-lo, anunciamos e o faremos. Se, para quinta-feira, assume-se essa discussão, se estamos de acordo, podemos introduzir um documento de como vemos essa situação, esta perspectiva, etc., e que possamos abrir uma discussão nesse terreno.

A proposta do Embaixador do Brasil no sentido de pensar dentro dessa discussão a eventual reestruturação dos Grupos de Trabalho, que pudéssemos estar falando de outros Grupos de Trabalho também faz parte da discussão, mas creio que, mais do que ver o passado, temos que ver o futuro, isto é, qual é o futuro da ALADI, e dentro disso qual é o futuro dos temas da ALADI.

Finalmente queria dizer que, se revisarmos o último relatório apresentado pelo Secretário-Geral, sobretudo do ponto de vista dos acordos e dos intercâmbios econômicos e comerciais, veremos que no seio da ALADI muito se avançou neste terreno. Há um tema que tem relação com a institucionalidade da ALADI, onde realmente tem havido mais discussão, associado a todos estes temas que estiveram no Conselho de Ministros, isto é, como dar concretização desde o ponto de vista regulamentar e, fundamentalmente, desde o ponto de vista jurídico à ALADI, tudo se refere a isso. Toda a discussão girou em torno desse âmbito, essa foi a discussão capital, para chamá-lo de alguma maneira, isso é parte da possível discussão que possamos fazer.

Não sei se há alguém que queira fazer outra reflexão, considerar alguns temas, mas se estivermos de acordo sobre isto, poderemos abordá-lo.

Há uma proposta do Embaixador Olima, que o Embaixador do Equador não viu com bons olhos, relacionada com uma reunião dos Alternos na quarta-feira. Tem a palavra o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Entendo a preocupação do Embaixador do Equador, mas gostaria de precisar o que passou pela minha cabeça nesse momento. Creio que aqui está claro que o que temos que fazer é ver como vamos organizar a reunião de agora para dois meses, que temas vamos levar, porque, francamente, resgatando tudo o que o Embaixador do Brasil disse e resgatando o trabalho realizado durante estes “mega-anos”, creio que o que está claro é que não vamos levar os Projetos de Resolução à reunião de Vice-Ministros.

Há uma discussão de fundo que deve acontecer, que creio que temos que organizar. A discussão de fundo já está clara qual é. O tema é como vamos organizar esses trabalhos para dar essa discussão de fundo. Não me assusta, com franqueza, nenhum tema. Se quisermos analisar a reformulação do Tratado de Montevideu 1980, eu não tenho inconveniente, não é que a Representação da Argentina tenha inconveniente com algum tema, mas o que eu penso, sim, é que temos de fixar as linhas do que vai ser essa reunião de Vice-Ministros, inclusive temos que discutir as datas tentativas, porque temos que comunicá-las às capitais, porque os Vice-Ministros não têm agenda livre esperando que nós estabeleçamos que dia vamos nos reunir.

De tal maneira que também antecipo que, já disse, mas volto a reiterar, a reunião de Ministros prevista para quatro meses vai se sobrepor necessariamente com, mais ou menos, a conclusão da Presidência Argentina do MERCOSUL, de tal maneira que o que estou sugerindo é que pensemos já no mês de julho para a reunião de Chanceleres. Creio que não podemos exceder-nos muito depois de julho, porque dois meses depois começam todos os preparativos da Assembléia Geral das Nações Unidas, com o que é muito difícil que possamos ter os Chanceleres ou os Ministros correspondentes do ramo a partir de agosto, setembro.

Resumindo, o que estou pensando é; acredito que a reunião de quarta dos Alternos ajudaria, porque nunca me senti forçado nem obrigado pelo que decidem os Alternos, eles nos propõem trabalhos, orientações, mas somos nós os que têm a responsabilidade política de aceitar essas decisões. Então, que os Alternos nos apresentem temas, que nos apresentem um programa para a reunião, que nos apresentem datas, e no dia seguintes, quinta-feira, nós possamos tratar o tema. Parece-me que estamos fazendo duas instâncias de trabalho que vão ajudar a acelerar o tratamento das questões. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Brasil.

Representação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente.

Estou de acordo em que deveríamos, talvez, pensar em datas e em um Projeto de Resolução de convocatória da reunião dos Vice-Ministros. Creio que desde agora a Secretaria poderia preparar-nos um Projeto de Resolução, ou poderíamos talvez pensar em duas ou três datas, e que cada um de nós as submetesse às nossas capitais para a reunião dos Vice-Ministros, não temos muito tempo para isso, um mês e meio.

Somente um comentário, Presidente, como uma sugestão também. Creio que devemos cuidar para que, nestes dois meses ou neste prazo de quatro meses que temos, não entremos em uma discussão de fundo ou de reavaliação do Tratado de Montevideu 1980 ou da Resolução 59 (XIII). Não é que não devemos fazer isso algum dia, mas se entrarmos em uma discussão de fundo, como se disse aqui, temo que vamos perder tudo o que tivemos, o que conseguimos, que muito custou conquistar, ou o pouco que conseguimos conquistar, e não vamos fazer o que nossos Ministros nos pediram, que era continuar e completar os trabalhos sobre a base dos trabalhos realizados e sobre as considerações feitas aqui durante o Conselho.

O mais importante para que nosso trabalho seja produtivo durante estes dois, três meses que temos pela frente é que tenhamos bem claro entre nós se vamos entrar em uma discussão de fundo sobre a Resolução 59 (XIII), sobre o Tratado de Montevideu. Creio que vamos nos perder e vamos destruir, como disse, o pouco que temos. Creio que o que temos que fazer é tentar completar -como disseram os Ministros- os trabalhos realizados, acrescentar e enriquecer o que temos, talvez com a questão da Dimensão social fazer algum Projeto de Resolução e tudo.

Uma discussão de fundo a esta altura vai nos fazer perder completamente o rumo, vai nos fazer perder o pouco que fizemos até agora e não vamos conseguir ter um resultado concreto dentro de quatro meses. Não se esqueça, Presidente, que estamos há três anos trabalhando, e conseguimos o que conseguimos. Será difícil pretender agora conseguir e reavaliar tudo isto e ir em outra direção. Como disseram os Ministros, vamos continuar e completar os trabalhos realizados, considerando e tomando como base o realizado e as considerações feitas aqui durante a reunião dos Ministros. Foi exatamente isso que eles nos pediram para fazer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Embaixador do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Neste momento vou discrepar totalmente, cem por cento da opinião do Embaixador do Brasil. Se continuarmos nos temas, vamos perder uma oportunidade histórica. Aqui o tema não é Tratado de 80 nem as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), esse não é o tema. O tema vai além disso.

Acredito que, do melhor da reunião de Ministros, havia sido aprovada a Convocatória à Conferência de Avaliação e Convergência, e é uma pena que tenho sido aceito que essa parte, já aprovada, fosse jogada no lixo. Nessa convocatória, para mim muito sabiamente considerada e aprovada aqui, não havia um motivo de discussão depois de havermos discutido tanto, havia duas linhas muito boas. No ponto primeiro estavam os interesses, as novas dimensões da integração e da ALADI, para refletir e tratar sobre o futuro, sobre os assuntos gerais, sobre os assuntos de princípio, de novos horizontes; e no segundo ponto estavam todos os aspectos, refletidos nos Projetos de Resolução que não foram aprovados, estavam todos os temas cotidianos da ALADI em vinte e seis anos.

Então, acredito ser um erro sacrificarmos um dos dois temas. Nem para tratar os problemas gerais da ALADI, deixar este esforço de três anos; nem para fazer o outro, dedicar-nos aos aspectos pontuais em que vimos que não se avançava mais, e não vamos avançar muito –não quero dar mau agouro- os temas parciais atacados não irão muito longe na medida que o horizonte da ALADI não for esclarecido. Entre outros temas, os do âmbito, mas outros mais que não é somente o âmbito, mas é uma nova visão da integração no contexto do século XXI.

Creio que esse documento que, em princípio, foi aprovado na própria reunião de Ministros, e que logo, não sei porque, aceitou-se que fosse jogado fora quando já estava aprovado, não continuemos trabalhando nos mesmos. Para mim, esse mesmo documento deve servir para a reunião de Vice-ministros e inclusive deve servir para a reunião de Ministros de quatro meses, três meses e meio, porque aí estão considerados os dois grandes temas.

É hora de a ALADI começar a tratar os temas de fundo. Se já existem as Comissões sobre os temas específicos, o que teria que ser feito é acrescentar uma ou duas Comissões para enfrentar o problema geral da ALADI: o problema de fundo, que é o que a ALADI mais necessita para ir a uma nova etapa. Penso que nós vamos perder se não tratarmos os problemas de fundo, e está claro que não estou dizendo que não devemos tratar os outros temas, os problemas técnicos específicos, creio que não devemos excluir nenhum.

Esse é o posicionamento, inclusive quando aprovamos a convocatória – lamentavelmente não aprovada- da reunião de Avaliação e Convergência, há esse espírito, um espírito de conciliação de todos, de que há países que se interessam por um tema específico, e há outros países que se interessam por outro. Se formos com a linha de resgatar o velho e não enterrar o positivo do que fizemos, minha intervenção objetiva salvar esse tema geral, que deve servir de base para a reunião de Vice-Ministros, mas como não está contemplada uma Comissão para enfrentar o tema geral, que era o ponto do artigo primeiro, devemos formar uma Comissão, devemos ver como tratamos esse tema, que pode ser de várias formas.

E vou usar muito pouco tempo. Uma forma é a visão da Secretaria sobre o tema, outra é uma Comissão que eleva um documento para ser discutido, e que não exclui, como uma terceira visão, a visão que cada país tem sobre a integração, que terá lugar para ser exposta quando esse documento for apresentado. Não me refiro somente quando vierem os Vice-Ministros, mas sim ver isso antes dessa reunião, para unificar esses três critérios, da Secretaria, da Comissão e das visões dos países sobre esse tema.

Permiti-me considerar até a forma de como se pode manejar, uma opinião ou mais, aproveitando este ponto do Representante do Brasil que me preocupou muito, de dizer que não devemos ir aos problemas de fundo, que essa não foi a mensagem. Eu diria tudo ao contrário. A mensagem principal é que temos que “tomar al toro por los cachos”, temos que enfrentar o problema de fundo. Aproveitando as palavras do Embaixador do México, se a ALADI foi feita em um contexto, até em um contexto neoliberal, com outra visão, teríamos que ver se nos anos 90 ou 2000, ou quase 2010 que estamos, continuaremos pensando e agindo da mesma forma. Creio que esse é o tema de fundo, o principal e os outros são complementares; porque, se perdermos o rumo, não serve para nada.

Estava pensando, enquanto escutava o Embaixador de México, e esse é um problema que vejo na ALADI, é o problema de uma guerra e o problema tático. Uma questão é a visão geral do problema, e outra é o específico dos momentos do processo, e não podemos dar demasiada força aos processos que estão “descabezados”, sem saber aonde vamos.

Então o fundamental é ir ao problema de fundo e saber se o que estamos fazendo está bem para reafirmar-nos ou em que medida temos que modificá-lo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente.

Estou preocupado e quero contar-lhes por quê. Creio que, muitas vezes, nas discussões, existe o risco de que façamos falsas dicotomias, falsos enfrentamentos, maniqueísmos, para dizer com palavras conhecidas por todos. Creio que este é um risco que estamos correndo neste momento.

Por um lado, fala-se de não se limitar a tratar os problemas do âmbito e os que têm a ver com os acordos comerciais, os problemas que têm a ver com o que estivemos discutindo durante três anos aqui nesta Organização, que tem como substrato o Tratado de Montevideu 1980, que, como dizia o Embaixador do México, foi pensado de forma essencialmente econômica. E por outro lado, fazer referência ao social, aos problemas de fundo, então pareceria que há uma espécie de enfrentamento subjacente entre tratar os temas técnicos e os temas de fundo, os temas comerciais e os temas sociais. Creio que se cairmos nisso, vamos arruinar muito o trabalho que fizemos, temos que entender que as coisas são dinâmicas.

É certo que o mundo de 1980 era muito diferente do mundo de 2008, era muito diferente do mundo de 2000, muito mais diferente do de 2008; mas o que temos que saber fazer é incorporar aquelas mudanças no caminho que nós começamos a transitar. Isto é, tentar incorporar as novidades nas quais “en lo que ya llevamos ganado” (já levamos o gado). Dito de outra forma, meu pai sempre me dizia nas discussões familiares, quando eu apresentava essa forma radical dos adolescentes: “Não, se não obtenho tudo, então termina a discussão e vou embora”. E ele me dizia “filho, o que quer o mais, também quer antes o menos”.

Então, se quisermos o mais, se quisermos chegar ao fundo, se quisermos chegar a uma visão global e a implementar todos os aspectos da integração que estão começando a nos interessar e que foram se desenvolvendo em nossas sociedades de uma maneira muito evidente e muito radical nos últimos três ou quatro anos, e que na maioria de nossos países está já presente, - e naqueles que não está, estará - se quisermos fazer uma rediscussão total de nossas sociedades e, de fato, queremos, quando ainda estamos começando a transitar essas discussões ao interior dos países, chegar a definições desses âmbitos, desde já, antes de encarar como vamos progredir no processo de integração, creio que estamos perdidos. (sic)

Parece que o que corresponde é caminhar sobre o que já conseguimos estabelecer, avançar no que pudermos, esse era o projeto dos Projetos de Resolução que seria apresentado aos Ministros. Discutimos, avançamos no que foi a interpretação do trânsito que a ALADI teve nos últimos vinte e seis anos, sobretudo nos últimos quinze, com todos os processos parciais de integração, com todos os processos bilaterais, demos um salto qualitativo nesse aspecto. Ao mesmo tempo, começamos a ver que as sociedades estavam demandando outras coisas, que todas nossas sociedades estavam começando a enfrentar dilemas que não haviam enfrentado anteriormente.

Vamos ter que incorporar isso, mas está muito mais verde que o outro, não podemos pretender, no próximo período de um mês e meio ou de quatro meses, e eventualmente nem sequer podemos em um ano, pensar que vamos chegar a todas as definições

específicas, das coisas mais amplas do processo de integração, quando em alguns aspectos muito mais concretos levamos vinte e sete anos e ainda não podemos conseguir ficar de acordo e chegamos, pela primeira vez, a um Conselho de Ministros com colchetes.

Parece-me que devemos colocar-nos a refletir em evitar falsas dicotomias, em avançar o máximo em cada um dos aspectos que pudermos. Há aspectos que avançamos mais porque a história foi por aí, e há aspectos que temos que começar a dar os sinais necessários para a incorporação desses novos temas na agenda da ALADI, mas não podemos pretender avançar na mesma velocidade ou com a mesma profundidade em todos os campos, desde agora. Nada mais, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Bem, sob o título de Assuntos Diversos entramos em discussão de um tema que é central pela importância do mesmo e pelo tempo que nos resta. Eu coincido essencialmente com o considerado pela Representação do Uruguai e quero assinalar que não podemos esquecer que em paralelo com a ALADI há uma quantidade de iniciativas, de processos de integração na região, que estão discutindo a fundo uma quantidade de temas. Nós não somos os únicos artífices do processo de integração, nem sequer neste momento os mais importantes. O que temos hoje de importante é o caminho recorrido, o incorporado ao longo de vinte e sete anos de trabalho, de negociações, etc., e a verdade é que coincido que seria uma enorme torpeza jogar isso no lixo, porque definitivamente é o que construímos entre todos ao longo de vinte e sete anos.

Por que digo tudo isto? Porque deveríamos pensar no seguinte: creio que o nosso objetivo deveria ser, e estou seguro que todas nossas capitais entenderiam o raciocínio, mais do que uma reunião de Chanceleres de volta daqui a quatro meses, chegar à Conferência de Avaliação e Convergência, para que fosse feita uma avaliação a fundo de todos os temas. Por que, se já fizemos todo o percurso, que sentido tem trabalhar em normas e disciplinas se temos 17 visões diferentes das normas e disciplinas? Do âmbito de aplicação, há países que claramente expressam a vontade de não se submeter a um Sistema de Solução de Controvérsias que se aplique efetivamente ao que construiu a ALADI, mas sim, em todo caso, queremos em Sistema de Solução de Controvérsias para que o futuro, se alguma vez chegarmos a construir alguma outra coisa, se aplique a esse mecanismo.

Temos que ter discussões de fundo para não continuar perdendo tempo, porque o que também está claro é que os colchetes não são uma invenção dos Representantes, nem dos técnicos, os colchetes são colocados porque vêm instruções das capitais. Se nós não podemos levantar os colchetes, as capitais também não vão poder levantá-los, porque todos nós agimos com instruções.

Em consequência, Presidente, o que creio é que temos que cumprir com o mandado de reunir os Vice-Ministros daqui a dois meses, dois meses e meio, algo assim, já dois meses não vamos chegar a tempo, logo, na semana que vem, teríamos que fixar prazos. Mais do que avançar nos Projetos de Resolução que tínhamos e que tinham colchetes, temos que trabalhar sobre os Projetos de Resolução que não tinham colchetes. No que diz respeito aos que tinham colchetes, essas diferenças continuam vigentes, não foram modificadas por dez dias de transcurso de tempo. Eu não conheço nenhum país que tenha mudado seu ponto de vista no que diz respeito ao que sustentou faz vinte dias, faz dois anos e faz três.

Em conseqüência, creio que podemos trabalhar naqueles casos onde não havia colchetes. Há uma série de textos, em algum caso havia algum colchete que se referia especificamente a um ponto, como é o caso do Fundo para os PMDERs, em que vários países não queriam assumir antecipadamente o compromisso de ter que fazer maiores contribuições, que é o que definitivamente estava em discussão, - não era a vontade de ajudar os PMDERs, o que estava em discussão- , mas era se podíamos ou não fazer maiores contribuições.

Então, trabalhar diretamente sobre os temas nos quais não existiam grandes divergências, nos quais podemos, com esses temas, convocar para a reunião do Conselho de Ministros e assinalar que ali temos que dar fundamentos e a agenda de discussão à Conferência de Avaliação e Convergência, que é a que teria faculdades para sugerir todas as mudanças que estamos dizendo. Com franqueza, eu digo que discutir, neste momento, por exemplo, a reformulação dos Grupos de Trabalho, quando estamos a dois meses ou três meses de pensar em como vamos encarar o trabalho dos próximos anos, porque não vamos definir coisas somente para dentro de 10 minutos, vamos definir como vamos encarar os próximos anos o trabalho da ALADI, parece-me que é um esforço inútil. Seria mais lógico que tivéssemos essa discussão sobre a reestruturação dos Grupos de Trabalho uma vez que soubéssemos para onde queremos caminhar, por que hoje vamos reestruturar?

Presidente, eu creio que este é um tema central, tão central que é a avaliação do que construímos nestes últimos vinte e sete anos, o que pudemos construir nos últimos três ou quatro anos, e do que temos por construir, e penso que isso merece todo o tempo e todos os esforços.

E gostaria, antes da reunião de Alternos, uma reunião de Subalternos, para que as coisas cheguem a nós discutidas, mastigadas, com algum nível mínimo de consenso ou que se saiba onde existem os dissensos. Parece-me que entrar crus a uma reunião dessa natureza não facilitaria nosso trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, como temos uma agenda que cumprir posteriormente, vou propor o seguinte: o Grupo de Alternos teria a reunião, mas creio que não seria na quarta-feira, teria que ser antes, na terça-feira, de maneira que possamos, na quarta, já com os documentos, vê-los cada um de nós e trazê-los para quinta. Então, a proposta seria que os Alternos se reunissem na terça.

Qual seria um bom horário para que se reunissem os Alternos? Às 10h da manhã? Então, reunião dos Alternos para terça-feira, às 10h da manhã.

Quais seriam as orientações para essa reunião? Primeiro, os Alternos discutiriam algumas linhas a seguir para a reunião de Vice-Ministros. Segundo, quais seriam as possíveis datas que nós manejaríamos aqui, estudaríamos, para que, por sua vez, isso fosse às capitais e recebesse a resposta de qual seria a data preferível, tanto para a reunião de Vice-Ministros como para a reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, manejar as duas datas para fazer as consultas respectivas, entendendo que o mandado da Resolução 62 (XIV) foi de dois meses para os Vice-Ministros e quatro para a sessão do Conselho de Ministros Extraordinária.

Isso deve ser contrastado, ou conciliado, com os momentos que estão considerados em outros cenários, entendendo que está finalizando a Presidência Pro Tempore na Argentina e, então, em torno dessa data não poderia ser realizada a reunião Extraordinária do Conselho de Ministros. É necessário também pensar nas outras reuniões depois da

Presidência Pro Tempore, pois logo vem a Reunião Anual da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Isso seria o mais relevante que anotei para a reunião dos Alternos, se alguém tivesse alguma outra consideração, poderia fazê-la. E para nós, para a discussão de quinta-feira, estariam considerados os resultados desta reunião dos Alternos, e poderíamos abordar uma discussão que se assomou hoje aqui e que tem a ver com as diferentes considerações e opiniões.

Esse poderia ser o resumo da discussão, entendendo, como dizia o Embaixador do Uruguai, que o mais começa pelo menos, e aquele ditado, muito sábio também, que diz que o único animal que tropeça duas vezes na mesma pedra parece ser o homem, então é necessário conciliar ambas as coisas para que não tropeçemos aqui outra vez no mesmo.

Creio que esse é o resumo, não sei se haveria outra consideração a fazer. Além disso, definitivamente, não temos que ter medo da discussão, porque creio que a discussão faz falta e devemos estar convencidos de fazê-la.

Não havendo outra intervenção, concluiríamos a sessão ordinária e passaríamos à sessão extraordinária.

Há alguma observação?

Então, encerra-se a sessão.

---